

o de Administr
(ad) deliberou e
reunião, realiza
11, que a PUC-
tará mais nenhu
onário nos mes
oro e janeiro.
Executivo da Fu
Paulo, João Jú
tificou a medid
que a universid
giu a receita pr
ramento de 201
congela qualqu
ontratação, se
uição, ou aume
o funcional. D
união decidiu-
meter ao Conse
tário o orçamen
da universid
o não foi unân
reitor Dirceu d
no sentido d
amento deveri
neiro pelo Con
steriormente a
representante
o São Paulo, n
taram para que
fosse apreciada
d após decisã

erência alisa nálise ultura

esta quinta-fei
20h às 22h30,
Bernard Nomi
a e psicanalista
Psicanálise dos
campo Lacania
ça. O debate
uditório Prof.
ulo de Barros
a 239, no 2º
édio novo. A
ltada para pro
nos de gradua
graduação da
ganizada pelo
Estudos Pós-
Psicologia So-
P e o Prof. Dr.
acheco Filho.

SE VOCÊ PENSA QUE SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ATINGIRAM O LIMITE,

PREPARE-SE:

CONSUN REÚNE-SE PARA FECHAR NOVA PROPOSTA DE CONTRATO DE TRABALHO DOCENTE

Nesta quarta-feira, 23/11, o Conselho Universitário (Consun), reúne-se extraordinariamente para tentar concluir a proposta de contrato de trabalho elaborada por uma comissão presidida pelo professor Marcos Mascena.

Conforme informamos em nossa edição 804, a Comissão vem se reunindo há vários meses e, em setembro, apresentou uma primeira versão onde o professor que se dedica exclusivamente à docência teria enormes prerrogativas, enquanto aquele que faz a chamada pesquisa instrucional teria uma situação um pouco melhor.

A proposta passou por uma série de discussões, nas reuniões e assembleias da APROPUC e nas diversas unidades da universidade. Os professores encaminharam várias questões, porém poucas alternativas foram incorporadas ao projeto inicial.

O QUE QUEREM OS PROFESSORES

A grande queixa dos docentes refere-se à manutenção da chamada maximização da deliberação 65/78, que desde 2006 arrocha os contratos docentes. Essa reivindicação surgiu em várias dis-

cussões departamentais e propostas alternativas como a da FEA. Embora a segunda versão da proposta minimizasse os efeitos da primeira, no fundo a Comissão mantém a maximização e, em vários casos, piora as condições hoje em vigor.

A pesquisa que ajudaria a compor o contrato docente é definida somente dentro dos parâmetros institucionais, o que exclui boa parte dos docentes. Já para a incorporação de trabalhos de conclusão de curso e monografias foi aberto um precedente, restrito à matriz curricular de cada curso e sem critérios universais.

Dois problemas que a proposta nem sequer aborda dizem respeito à composição das horas de extensão ao contrato docente e à ascensão à carreira dos professores represados, que ainda não têm data definida para progressão na carreira e que, quando entrarem, vão se submeter a uma tabela que rebaixa os seus salários.

A não incorporação das horas da extensão no contrato vai contra a diretriz de união entre ensino/pesquisa/extensão, perpetuando a existência de duas PUCs, uma da graduação e pós e outra da Cogea.

ACORDO

A última reunião do Consun começou a votar a proposta, recusando-se a aceitar sugestões que questionassem genericamente o texto. Apenas foram incluídos os chamados destaques que poderiam mudá-lo pontualmente. O principal deles surgiu de um grande acordo entre os conselheiros para criar as chamadas

exceções, que permitem a professores de determinados cursos terem contrato de TP 5, caso ministrem menos de 6 créditos.

Por tudo isto é que a APROPUC vê com muita preocupação a aprovação do atual texto, que antes de reduzir as agruras de um contrato precarizado tende a aprofundá-las, aproximando-as às piores uniesquinas do país.

Rede realoca outro ameaçado de morte em Minas Gerais

A Rede de Proteção a Militantes Ameaçados de Morte se reuniu no dia 16/11 e discutiu, entre outros temas, a realocação de uma militante quilombola de Minas Gerais. Ela, que participou do ato "Erguendo barricadas, nenhum militante a menos", realizado no dia 8/8, no TUCA, é constantemente ameaçada por grandes latifundiários.

A militante também fugiu do programa de proteção aos defensores dos direitos humanos do governo federal, após ter ficado meses sem poder reencontrar seus parentes. Nem mesmo quando seu filho, de apenas sete anos, foi internado com graves problemas de saú-

de, lhe foi permitido voltar à sua cidade natal. Por motivo de segurança o local para onde a militante foi enviada não será divulgado.

Outro ponto do debate foi a reunião que será realizada pela Rede com o Padre Beozzo, um dos organizadores do curso de verão da PUC-SP, e com o Padre Rodolpho Perazzolo, Secretário Executivo da Fundação São Paulo. A intenção da reunião é debater formas de auxílio à Rede de Proteção e aos militantes ameaçados.

Durante a reunião também foi levantada a necessidade da realização de uma campanha financeira para a Rede. O tema será pauta da próxima reunião.

Em Sorocaba, funcionários protestam contra condições de trabalho e cargos e salários

Há muitos anos a AFA-PUC vem lutando para que o auxiliar de enfermagem, que já tem o curso técnico, fosse reconhecido, já que uma das exigências nas contratações dos funcionários é que ele seja formado em um curso técnico. Mesmo assim eles são admitidos somente na condição de auxiliares.

Existe atualmente uma diferença salarial para o técnico. Porém, para a nossa surpresa, a partir de setembro, os funcionários foram avisados que passariam a ser considerados como técnicos sem uma melhor remuneração, ou seja, mu-

dando somente sua nomenclatura.

Diante desta situação a AFAPUC reuniu-se com os gestores locais e, posteriormente com a coordenadora da Divisão de Recursos Humanos (DRH), Angela Renha, para demonstrar nossa insatisfação diante do acontecido, principalmente por entendermos que o Coren do técnico é superior ao do auxiliar.

Outro assunto tratado com a coordenadora da DRH foi referente às férias dos funcionários da enfermagem. Existem vários empecilhos para os

funcionários que desejam descansar somente 20 dias e trabalhar os outros 10, vários funcionários reclamam por não poder iniciar as férias a partir do dia 10, pois só podem gozá-las a partir do dia 1º. Angela Renha nos informou que esses casos são possíveis de uma solução negociada. Os funcionários do HSL-Hospital Santa Lucinda reuniram-se em assembleia na sexta-feira 18/11, para debater os assuntos e encaminhar para Fundação São Paulo (Fundasp) as suas reivindicações. Em relação a Faculdade de Medicina, um dos

problemas fundamentais refere-se às instalações necropsia da faculdade Sorocaba. As condições e insalubridade ali encontradas são as piores possíveis que não condiz com uma faculdade de medicina que leva a chancela da PUC-S

Por várias vezes a AFAPUC já denunciou esse estado lamentável das instalações, mas nada foi feito até agora. Por tudo isto a AFAPUC irá reunir-se com os funcionários em assembleia com data a definir, para debater essa situação e outros que serão levados a conhecimento da assembleia.

Debate discute trabalho decente e a questão de gênero

O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Família do Programa de Pós em Serviço Social da PUC-SP (NEP/Família) realizou, no dia 9/11, o encontro "Trabalho Decente: questão de igualdade de oportunidades e de tratamento de gênero para conciliação entre trabalho e família".

A atividade, que ocorreu no auditório 117, iniciou com uma mesa de abertura com o reitor professor Dirceu de Mello; Marta Campos, do NEP/Família; Priscilla Cornalbas, da APROPUC; Laís Abramo, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e Davi Zaia, Secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. O debate foi preparatório para a primeira Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente.

A professora Priscilla, em sua fala de abertura,

afirmou que o tema em debate "é central na vida social, particularmente após os anos 90 com a globalização e todo o processo de reestruturação produtiva que aumentou o número de desempregados, e ampliou o processo de precarização do trabalho".

Ela também lembrou que os professores e funcionários da PUC-SP foram protagonistas de grandes lutas durante a década de 1970, que trouxeram uma série de conquistas trabalhistas, como o contrato de trabalho por tempo, e não por hora aula.

"Todas essas conquistas, no entanto, estão sendo aos poucos desmontadas. A proposta de novo contrato de trabalho que está sendo discutida no Consun retrocede em conquistas históricas da categoria", afirmou.



Da esquerda para direita Marta Campos, reitor Dirceu de Mello, Laís Abramo, Priscilla Cornalbas e Davi Zaia.

Após a abertura aconteceu um debate sobre a questão de gênero, e sua ligação com a luta por trabalho decente. As palestrantes foram: Arlene

Martinez Ricoldi, da Fundação Carlos Chagas; Laura Benevides, das Pesquisas Sindicais do DIEESE; e, novamente, Marta Campos.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

GAUCHE NA VIDA

Movimentos brasileiros contra o apartheid de Israel (I)

Frente em Defesa do Povo Palestino-SP

Nestes dias, em várias partes do mundo, têm sido realizadas inúmeras iniciativas contra o apartheid na Palestina. As organizações integram a Semana Global contra o Muro, que vai até 16/11. Capitalizada pela ONG Stop the Wall, que promove em três países na Cisjordânia manifestações no período, que se encerram não por acaso no dia 16/11. A data marca a queda do muro do Berlim, ocorrida em 1989. Vale destacar que enquanto aquele tinha 114 metros de altura e 2,9 km de extensão, a barreira na Cisjordânia, território ocupado ilegalmente por Israel, chega a nove metros de altura, quando concluída, tem 180 km de comprimento. A construção foi iniciada em 2002 e, apesar de condenada dois anos depois pelo Corte Internacional de Justiça de Haia, não foi interrompida. Tal, como lembrou o fundador André Gattaz em artigo de sua autoria intitulado "Ilusões sobre o processo de paz na Palestina", trata-se na verdade de um complexo de fortificações composto por muros, cercas, fossos, barreiras, torres de controle, torres de segurança e equipamentos de vigilância eletrônica, avaliados em mais de um milhão de dólares o quilômetro. Ainda conforme o especialista, "embora o governo israelense denomine-o 'linha de segurança', vem sendo conhecido no restante do mundo como 'muro

da vergonha' ou ainda 'muro do apartheid', numa triste recordação dos tempos do apartheid que separava negros e brancos na África do Sul 9(...)". Não atoa: juntamente com os postos de controle, estradas exclusivas, assentamentos e outros aparatos da ocupação israelense, além de anexar terras, separa famílias e restringe ainda mais o acesso a direitos fundamentais aos palestinos, tais como a ir e vir, à educação, à saúde, ao trabalho.

Contra isso, ativistas em dezoito países encamparam a ideia da Semana Global, nos diversos continentes. No Brasil, um debate intitulado "O muro do apartheid e a resistência palestina", promovido no dia 8/11 pela Frente em Defesa do Povo Palestino de São Paulo e APROPUC, na PUC-SP, integrou a iniciativa.

DESTAQUE AO BDS

Além de contextualização histórica pela jornalista brasileira que reside na Cisjordânia e de relato do líder palestino Abdallah Abu Rahmah sobre a resistência contra o muro na pequena aldeia de Bil'in, a oportunidade serviu para se refletir sobre estratégias para fazer frente ao apartheid de Israel a partir do Brasil.

Aqui, atendendo ao chamado da sociedade civil palestina que vem sendo feito desde 2005, a Frente em Defesa do Povo Palestino e a Frente Palestina da USP (Universidade de São Paulo) lançaram no dia 20/09 último a campanha brasilei-

ra por BDS (boicotes, desinvestimento e sanções). A iniciativa conta com o aval de várias organizações da sociedade civil brasileira, tais como comitês de solidariedade e sociedades árabes-palestinas em diversos estados brasileiros, Marcha Mundial de Mulheres, Movimento Mulheres em Luta, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), PSOL-SP (Partido Socialismo e Liberdade, mandato do deputado federal Ivan Valente), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), PCB (Partido Comunista Brasileiro), Revolutas, Mopat (Movimento Palestina para Tod@s), UNI (União Nacional das Entidades Islâmicas), Assisp (Associação Islâmica de São Paulo), Liga da Juventude Islâmica do Brasil e Anel (Assembleia Nacional dos Estudantes Livre).

Neste ano, o pleito central da campanha global é que nos diversos países se priorize o embargo militar integral a Israel, até que se cumpram as reivindicações fundamentais dos palestinos, a saber: o fim imediato da ocupação militar e colonização de terras árabes, e a derrubada do muro do apartheid, que vem sendo construído na Cisjordânia desde 2002, dividindo terras, famílias e impedindo os palestinos do direito elementar de ir e vir; o reconhecimento dos direitos dos cidadãos palestinos à

autodeterminação, à soberania e à igualdade; o respeito, proteção e promoção do direito de retorno dos refugiados palestinos às suas terras e propriedades, das quais vêm sendo expulsos desde 1948, quando foi criado unilateralmente o Estado de Israel, até os dias atuais.

Principal campanha internacional de solidariedade ao povo palestino e contra qualquer forma de discriminação naquelas terras, a campanha do BDS redundou em conquistas importantes em diversas outras partes do mundo, como o rompimento de contratos milionários com empresas que atuam na construção do muro, de assentamentos ilegais ou de outros aparatos que sustentam a segregação na Palestina.

A Frente em Defesa do Povo Palestino-SP foi formada na época dos ataques israelenses a Gaza em 2008/2009, reunindo dezenas de organizações da sociedade civil brasileira. A APROPUC integra este movimento em apoio ao povo palestino. Esta é a primeira parte de um manifesto que estaremos completando na próxima semana.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres) com espaços, mande ver.

FALA COMUNIDADE

10% do PIB para a educação pública: uma bandeira histórica em defesa do ensino

Felipe Bruner Moda

Garantir educação para todos não supera as contradições e as desigualdades intrínsecas ao nosso sistema econômico, porém esse se mostra como um dos fatores determinantes para a manutenção da desigualdade social que assola o nosso país. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apuraram por diversas vezes a relação direta entre o nível educacional e a renda mensal. Um exemplo disso é que um trabalhador com ensino superior recebe cerca de 255% vezes mais do que um empregado que não concluiu a universidade.

Se pensarmos que apenas 13% dos nossos jovens estão matriculados neste nível de ensino e que este percentual é ainda menor entre jovens na região nordeste e negros, fica evidente que a educação é um importante braço da perpetuação das relações de desigualdade social existentes. Frente a isto, a luta por uma educação pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos se faz necessária para garantir a mínima possibilidade de melhora na qualidade de vida da classe trabalhadora.

A garantia de uma educação pública para todos exige um investimento estatal neste sentido e este tema é um dos principais debates presentes na nossa sociedade brasileira hoje. Às vésperas da aprovação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que

traça as metas para os próximos 10 anos, os movimentos sociais exigem que o governo federal destine 10% do PIB para a educação pública, levantando assim uma bandeira histórica na defesa do ensino.

Passado o prazo de 10 anos de implementação do antigo Plano Nacional de Educação, os resultados obtidos são catastróficos: apenas 33% das metas previstas foram alcançadas. As taxas educacionais brasileiras ainda são péssimas. Podemos citar, por exemplo, que apenas 50% dos estudantes matriculados no ensino fundamental terminam a 8ª série e somente 13% dos nossos jovens estão matriculados no ensino superior, sendo que mais de 80% destas matrículas se encontram no setor privado.

O PNE foi novamente tema de debate durante a campanha eleitoral de 2010, quando a então candidata Dilma Rousseff colocou como proposta a implementação de 7% do PIB até 2014. Todavia, a proposta apresentada pelo MEC para este novo Plano Nacional de Educação, o PNE 2011-2021, já deixou esta questão de lado, propondo que cheguemos a este número apenas no fim da validade do plano.

A proposta feita pelo MEC para o novo PNE, que valeria de 2011 a 2021, é bastante falha, começando pelo fato que não apresenta nenhum diagnóstico da educação neste momento. Em relação às metas do nosso governo federal para os próximos 10 anos são,

em resumo, as mesmas metas aprovadas no plano passado, o que nos faz nos indagarmos se a educação melhorou no último período ou não. O que será feito para que desta vez estas propostas saiam do papel?

As mobilizações dos movimentos sociais de educação já atingiram professores, estudantes e funcionários, que decretaram greve e ocuparam de norte a sul do país com diversas pautas, mas com um eixo principal: precisamos de mais verbas para a educação pública!

A aplicação de 10% do PIB para a educação pública, segundo o "PNE - Sociedade Brasileira" é condizente com o que foi aplicado em diversos países que superaram ou estão superando atrasos educacionais históricos como o nosso. De acordo com esse mesmo projeto, este valor deveria ser investido exclusivamente com gastos correntes educacionais, como despesas administrativas, materiais escolares, bolsas de estudo e manutenção de prédios e equipamentos.

Para chegar a este número, os formuladores do PNE - Sociedade Brasileira trabalharam com os seguintes números: o valor para manter um aluno na rede básica equivale a 25 - 30% da renda per capita produzida no país e no ensino superior o equivalente a 60% desta renda, sendo a renda per capita o volume de recursos necessários para satisfazer a necessidade e desejos das pessoas. Estes são valores médios para praticamente

todos os países do mundo, de forma que entender ser justo este percentual em educação para superar inúmeras debilidades do ensino brasileiro.

Importante frisar que a luta pela aplicação de 10% do PIB em educação deve ser entendido de que este investimento aconteça na rede pública de ensino. Financiar a iniciativa privada por meio de bolsas de estudos, parcerias público-privado e subsídios para ONGs apenas fortalece as desigualdades hoje existentes, pois é um fator trínseco para a existência do mercado educacional e não garantia de oferta de educação pública para a totalidade das crianças e adolescentes.

O principal motivo apontado pelo governo federal para não aplicar 10% do PIB na educação é a falta de recursos para isso, afirmando que chegamos a um colapso econômico caso esta proposta fosse aprovada. Atualmente, 45% do orçamento da união é utilizado para pagamento da dívida pública nacional, isto significa que o governo brasileiro não pode manter os bancos americanos lucrando com os juros e os impostos de garantir educação para o nosso povo, afirmando que o dinheiro não existe. Na verdade, a questão é qual a prioridade do nosso governo.

Felipe Bruner Moda é especialista em psicologia da PUC e militante do campo Barragem. Abrem Caminhos

MOVIMENTOS SOCIAIS

Preconceito na PUC-SP

Na sexta-feira, 11/11, um estudante do curso de Serviço Social chegou à Universidade por volta das 14h30, após encerrar sua jornada laboral, que encerra às 4h da manhã. Ele trabalha em um abrigo na Lapa e mora em Francisco Morato, portanto, não tem como voltar para casa antes do período letivo por questão de distância e dinheiro. Durante esse período da noite para estudar e descansar antes de começar suas atividades em sala de aula, por volta das 19h.

Chegando à universidade, saiu até o quinto andar, à procura de alguma sala que estivesse vazia, quando encontrou uma funcionária da PUC-SP e perguntou sobre a disponibilidade das salas de aula. Neste momento foi indagado sobre sua situação na Universidade e ele respondeu que era aluno matriculado. Entrou na sala 525, que estava vazia e não ia ter aula, fechou a porta, tirou a cadeira, pois havia acabado de subir a pé da avenida Ipiranga, ligou os ventiladores, fechou a porta, apagou a luz e deitou em alguns colchonetes que já estavam por lá. Por volta das 17h um segurança da Universidade despertou perguntando seu nome e seu curso. Apesar das respostas, minutos depois, o segurança retornou fazendo a mesma pergunta e dizendo que foi mandado pelos outros funcionários. Na terceira vez ele volta fazendo a pergunta e acrescenta que uma funcionária estava se sentindo constrangida pela sua presença, o que causou indignação

ao estudante, pois como poderia ele causar alguma ameaça estando em uma sala com a luz apagada, dormindo, em silêncio absoluto? Porém, o segurança apenas repetia a pergunta: "Qual o seu nome e seu curso?". Complementou que se ele não falasse, iria chamar seus superiores. Voltou à sala acompanhado de mais três seguranças, fazendo a mesma pergunta, o que provocou no nosso estudante um sentimento de coação e intimidação. Os seguranças disseram que o PAC de-

pequenos chutes, que estava ali, pois haviam dito que havia um morador de rua dormindo em uma das salas. Diante dos fatos relatados fica explícito o caráter racista e persecutório das ações da segurança comunitária, que deveria proteger os estudantes e não assediá-los.

Constantemente escutamos casos de abordagem de estudantes nos quais fica evidente uma ação dirigida para os estudantes da classe trabalhadora, que sofrem preconceito e repressão por sua condição racial e de

e estudantes da Universidade. E os que sofrem são aqueles que não estão dentro do perfil elitista dos estudantes que podem estudar na PUC-SP por poderem pagar as exorbitantes mensalidades.

O acesso e a permanência no espaço universitário estão restritos a determinadas pessoas, através de catracas invisíveis, que situam aqueles que podem entrar no mesmo, mas que também podem sentir que pertencem a ele.

A PUC-SP está cada vez mais distante do seu histórico político e a realidade que conhecemos não corresponde aos belos e saudosos relatos de sua história de resistência, que morre com professores como Nadir Kfourri, que sempre lutaram para que a Universidade assumisse um papel na sociedade de construção de conhecimento articulada com a questão social.

Nós não nos iludimos e entendemos que a PUC-SP não é um espaço de democracia, de liberdade e de produção de conhecimento direcionada para a classe trabalhadora e os pobres, porém não nos calaremos diante dessas manifestações discriminatórias, racistas e preconceituosas!

Exigimos um amplo e profundo debate sobre o acesso da classe trabalhadora à Universidade, o fim do vestibular (mecanismo de exclusão) e redução das mensalidades.



O acesso e a permanência no espaço universitário estão restritos a determinadas pessoas, através de catracas invisíveis.



veria resolver isso e saíram. O estudante também saiu em busca de apoio de seus colegas e professores.

Não é a primeira vez que este estudante passa por esta situação. No semestre passado, chegou à Universidade e foi até a sala 60 onde teria aula. Lá encontrou um grupo de estudantes utilizando o espaço para a realização de um trabalho, que logo saíram da sala e o deixaram sozinho. Para descansar, antes do início de sua aula, deitou no chão e dormiu. Alguém chamou um segurança que argumentou, após deper-tá-lo usando os pés com

classe, que vão desde olhares, inferências, constrangimentos e assédios moral e físico.

Hoje mesmo presenciamos estudantes na pra- inha, em trajes de banho, sem camisa, consumindo álcool, nadando em uma piscina inflável, que não foram assediados e constrangidos, e muito menos "confundidos" com pessoas em situação de rua. Portanto, o que queremos denunciar aqui é que, independente dos méritos do que foi relatado pelo estudante do nosso curso, notamos que existe uma política de dois pesos e duas medidas na conduta dos funcionários

FALA COMUNIDADE

Repúdio à ação da PM na USP

No dia 8/11 o campus da USP foi cenário de uma operação de guerra: 400 policiais da tropa de choque apoiados por dois helicópteros foram mobilizados para prender cerca de 150 estudantes que ocupavam a reitoria; 73 deles foram conduzidos ao 93º DP, de onde foram libertados após pagarem fiança. "A tropa foi vencedora. Todos os estudantes foram conduzidos à delegacia, sem que fosse necessário nem um disparo", declarou o secretário de segurança pública Antônio Ferreira Pinto. Daí se depreende que os organizadores do ataque consideraram a hipótese de disparar. Só não aconteceu por não ter sido "necessário".

Sequer à época da ditadura militar viu-se algo semelhante: a autonomia universitária, ou o que ainda restava dela, foi estuprada, atirada ao lixo pela polícia, com a participação ativa do magnífico reitor João Grandino Rodas. Se a USP foi de tal forma aviltada, o caminho está aberto para que qualquer outra universidade se

veja, eventualmente, açoitada pela barbárie.

"Os tempos são outros. Não há como comparar a polícia atual com a que agia à época da ditadura. Antes, os estudantes lutavam pela liberdade; agora, são vagabundos que exigem o direito de fumar maconha. Querem autonomia universitária para se colocar acima da lei", argumentam os que apoiam a operação policial, contando com a ampla simpatia de uma mídia reacionária, vulgar, mal informada e falsificadora dos fatos.

A polícia brasileira atual é uma das mais violentas do planeta, segundo dados da ONU. Além disso, a tropa de choque não invadiu a USP para prender "maconheiros", mas sim estudantes que exerciam o seu legítimo direito de ocupar a reitoria, em nome de objetivos políticos (no caso, tratava-se de exigir a retirada da PM do campus, e a eventual formação de uma guarda comunitária mais capacitada a exercer a vigilância).

Finalmente, o exercício da

autonomia universitária não se confunde com a administração do campus. "Autonomia" é uma relação que a comunidade universitária estabelece com a sociedade, e pressupõe a liberdade total de crítica, de organização política e de mobilização de seus integrantes, em nome da preservação da memória histórica e social, e de um saber que não pode ser subordinado nem aos ditames de governos nem às exigências do mercado. A ocupação do campus por tropas é a exata negação da crítica e da liberdade. É o fim da universidade enquanto tal.

Ninguém afirmou que a comunidade universitária está acima da lei. Se há consumo de drogas no campus, isso tem que ser enfrentado com os instrumentos adequados. O uso da violência policial, comprovadamente, não é. "A polícia não reprime os grandes traficantes e adere ao truismo bushiano-religioso de que sem consumo não haveria oferta. Assim, sai atrás dos maconheiros, e não dos traficantes. Um dos maiores traficantes do planeta, Juan Car-

los Abadia, fixou residência e operou durante anos em São Paulo, sem ser molestado pela polícia paulista", lembra o jurista Walter Maierovitch. Mas é mais fácil, cômodo e, certamente, seguro prender jovens desarmados do que Juan Carlos Abadia, para não falar dos que de fato controlam as centenas de bilhões de dólares que o tráfico movimentam, em escala planetária.

Diante desses fatos, o Departamento de Jornalismo da PUC-SP se solidariza com a comunidade uspiana, em particular com os estudantes expostos à brutalidade da ação policial. Repudia a invasão da USP pela tropa de choque a pedido do reitor Rodas e se coloca em defesa de uma mais ampla e irrestrita autonomia universitária. Denuncia e deplora a "cobertura" dos eventos colocada em prática pelos grupos que exercem o monopólio da informação no Brasil, não por acaso os mesmos que, no passado, foram ativos colaboradores da ditadura militar.

Departamento de Jornalismo da PUC-SP

MOVIMENTOS SOCIAIS

Estudantes da USP continuam em greve geral

Os estudantes da USP decidiram em duas assembleias realizadas ao longo da semana passada pela manutenção da greve geral aprovada no dia 8/11 após a PM invadir a reitoria da universidade para prender os 73 estudantes que ocupavam o recinto, em protesto ao convênio firmado entre a USP e a PM.

Segundo o Diretório Central dos Estudantes (DCE), 13 faculdades da universidade deliberaram em assembleia pela greve. Duran-

te o fechamento desta edição outras unidades da USP fizeram assembleia para discutir se aderiam ou não a greve.

Cerca de 3 mil estudantes realizaram no dia 17/11 uma assembleia na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e aprovaram a incorporação da discussão sobre a Estatuinte no eixo "Fora Rodas". Os manifestantes acreditam que a atual estrutura da uni-

versidade é antidemocrática, e que é necessário uma alteração em seu modo de funcionamento.

Os estudantes aprovaram também a realização de um novo ato na Avenida Paulista no dia 24/11. A concentração acontecerá a partir das 14h, na Praça Oswaldo Cruz. A passeata irá até o vão livre do MASP, onde haverá uma aula pública sobre democracia, em

referência ao comentário do governador Geraldo Alckmin de que "os alunos precisavam de uma aula de democracia". Além dessas atividades há uma vasta agenda de mobilizações programadas para os próximos dias.

As principais pautas grevistas são: pelo fim do convênio da USP com a PM, por outro projeto de segurança na USP, liberdade aos presos e nenhuma punição administrativa ou criminal aos estudantes.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Plebiscito sobre 10% do PIB para educação agita país

Diversos sindicatos, centros acadêmicos e organizações populares estão organizando até o dia 6/12 um plebiscito nacional sobre a aplicação imediata dos 10% do PIB na educação pública. Em todos os estados do país serão abertas urnas.

A mobilização visa influenciar o debate em torno da aprovação do novo

Plano Nacional de Educação (PNE), que deve acontecer ainda este ano no Congresso Nacional.

O PNE define todas as metas para educação para os próximos dez anos. Um dos pontos mais polêmicos é o debate sobre o financiamento para a educação. A proposta do governo federal é que sejam investidos 7% do PIB na área até

2020. Os organizadores do plebiscito acreditam que esse valor é insuficiente para democratizar o acesso à educação.

Na PUC-SP, o comitê local do plebiscito abrirá as urnas entre os dias 21/11 e 25/11 em diversos locais da universidade, como na Pratinha e na sede da APRO-PUC, que apóia a reivindicação dos estudantes.

Trabalhadores de Belo Monte são demitidos

Os problemas em relação à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte só aumentam. Na quinta-feira, 17/11, cerca de 150 trabalhadores foram demitidos do canteiro de obras em Vitória do Xingu.

A demissão ocorreu em função de 1800 trabalhadores da obra terem realizado no sábado, 12/11, um protesto e paralisado as atividades, levando à diretoria da obra suas reivindicações.

As exigências vão desde aumento salarial e do valor do vale alimentação, maior número de folgas para visita a família (hoje isso ocorre apenas a cada seis meses) e reclamações por desvio de função. A demissão é um claro processo de criminalização dos trabalhadores.

Indígenas, populações ribeirinhas, sindicatos, ONGs e diversas organizações vêm se mobilizando contra a construção da obra, e o debate ganha adesões a nível internacional com repercussão na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em carta, os chamados Indígenas do Xingu Médio, apontam responsáveis e os problemas da obra "(...) vivemos no lugar onde está prestes a se concretizar a maior obra do PAC do governo Dilma Rousseff, a terceira maior hidrelétrica do mundo onde nossa continuidade como povos originários deste território está sendo seriamente ameaçada."

Entidade denuncia tortura na Fundação Casa

O Tribunal Popular denunciou, em carta pública, as 25 torturas físicas e psicológicas contra os menores internados na unidade de Jaboá-UI28, da Fundação Casa (ex-Febem) continuam acontecendo

Os internos da unidade, que fica na Rodovia Raposo, fizeram as primeiras denúncias em junho de 2011.

O caso foi levado para a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário; ao Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana;

e ao Subcomitê de prevenção à tortura da ONU, ocasionando na visita dos membros deste à unidade. Apesar da repercussão na mídia, as torturas continuam acontecendo na unidade, e os órgãos responsáveis por fiscalizar e cuidar da saúde física e psicológica dos menores internados nada de concreto fizeram até o momento, segundo relatos de militantes do Tribunal Popular.

Em nota, a entidade afirma que "pela terceira

vez os adolescentes da UI28 têm gritado em pedido de socorro, elaborando uma carta que descreve as contínuas violências que eles e seus familiares vêm sofrendo e solicitando a atenção da sociedade e dos órgãos competentes a fim de solucionar de uma vez por todas as torturas. Sabemos que este é apenas um dos inúmeros casos de tortura que a juventude vem sofrendo nas ruas e nas prisões, sendo o Estado Brasileiro o responsável."

Estudantes colombianos tomam as ruas e barram projeto de reforma da educação

Os estudantes colombianos decidiram, no último dia 16/11, pelo fim de uma greve nacional que já durava um mês e quatro dias. A decisão aconteceu depois que o congresso do país decidiu, por unanimidade, pelo arquivamento de um projeto de reforma educacional que havia sido proposto pelo presidente

Juan Manuel Santos.

Mais de 500 mil estudantes iniciaram o protesto no último 12/10, em rejeição a reforma do ensino superior, a qual consideram privatizante. Apesar da vitória, os estudantes afirmaram que os protestos de rua irão continuar até que um novo projeto baseado nas reivindicações estudantis

de uma educação pública, gratuita e de qualidade seja atendido no país.

Como forma de dar mais força as mobilizações, os estudantes colombianos, junto aos estudantes chilenos e da Guatemala, convocaram uma "jornada continental da luta ao direito à educação", que acontecerá no dia 24/11.

eral

mentário do araldo Alckalunos preaula de dedessas ativastava agenda programamos dias. autas grevistas vênio da USP tro projeto de verdade aos pre- ção adminis- os estudantes.

ROLA NA RAMPA



Mesa do debate promovido pelo Núcleo de Gênero, Raça e Etnia da PUC-SP

Debates e manifestações marcam o dia da Consciência Negra

A mesa de debate promovida anualmente pelo Núcleo de Gênero, Raça e Etnia, do curso de Serviço Social da PUC-SP e em parceria com o Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS), ocorreu na quarta-feira, 16/11, a mesa redonda "Conquistas e desafios na promoção da igualdade étnico racial e de gênero". O debate contou com profissionais da área, e aconteceu no auditório 100, com a presença de estu-

dantes e profissionais tanto do Serviço Social como de outras áreas. A atividade também teve apoio do Conselho Municipal do Negro. No domingo, 20/11, ocorreu a VIII Marcha da Consciência Negra, com o tema "Do luto à luta, contra o genocídio da juventude negra". A data para reflexão sobre a situação do negro no Brasil, o preconceito que ainda sofrem e a ideia de que o debate sobre igualdade racial ainda se faz muito necessário, foi escolhida por

coincidir com o dia da morte de Zumbi dos Palmares, líder negro que lutou contra a escravidão. A marcha teve concentração às 10h, no Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista. A semana que antecede o dia nacional de lutas foi marcada por diversos debates e atividades culturais. Para maiores informações, entre em: www.20denovembrosp.blogspot.com ou envie email para marchadaconsciencianegra2011@gmail.com.

Revista Lutas Sociais nº 27 começa a circular

Já está disponível a Revista Lutas Sociais nº 27, que conta com diversos artigos e em especial, com o "Dossiê Feminismo e Marxismo - um ano sem Heleieth Saffiotti". Saffiotti era socióloga, foi professora da PUC-SP e pioneira no debate feminista brasileiro. A edição da revista tem diversos artigos e entrevistas de Saffiotti - dela, sobre ela e seus debates -, como o artigo em que coloca "A questão da mulher na perspectiva socialista". Além disso, diversos artigos sobre debates atuais do feminismo, e fe-

ministas renomadas como Claudia Mazzei Nogueira. A revista tem o custo de R\$ 20,00, e pode ser encontrada na sede da APROPUC ou entrando em contato com lucio.almeida@pucsp.br ou jcoutinho@uol.com.br. A produção é do Núcleo de Ideologias e Lutas Sociais, a comissão editorial composta por Angélica Lovatto, Célia Motta, Jair Pinheiro, Joana Coutinho, Lúcio Flávio de Almeida e Renata Gonçalves. A organização deste número é de responsabilidade de Renata Gonçalves e Angélica Lovatto.

Museu da Cultura comemora 20 anos

Ainda pouco conhecido pela comunidade puquiense, o Museu da Cultura da PUC-SP completa neste mês de novembro 20 anos de existência. Para marcar a data, uma exposição no próprio museu está ocorrendo e a abertura foi no dia 10/11 e segue até 9/12, com fotos e obras que relembram os 20 anos de atividade do Museu. Para aqueles que quiserem conhecer, o espaço fica no Prédio Velho, no andar do Pátio da Cruz.

Nova edição do Sarau da APROPUC

Nesta sexta-feira, 25/11, acontece mais um sarau da APROPUC. Com muita música e poesia, a partir das 20h o sarau será realizado na sede da entidade. O último sarau ocorreu em comemoração aos 35 anos da APROPUC, e a ideia é tornar frequentes esses espaços de cultura e socialização, muito importantes no cotidiano da universidade. Todas e todos estão convidados!

Adesões ao 22º Encontro Ex-Alunos prorrogadas

O Centro de Ex-Alunos da PUC-SP promove o 22º Encontro de Ex-alunos em comemoração aos 65 anos da universidade, dia 23/11, às 19h30, no TUCA (Teatro da Universidade Católica). O encontro é aberto a todos os ex-alunos da PUC-SP, formados em todos os cursos. Este ano, serão destacadas as turmas de 81, 86, 91, 96, 2001 e 2006, que completam, respectivamente, 30, 25, 20, 15, dez e cinco anos de formatura. Para participar, os ex-alunos da universidade, seus colegas, amigos e familiares devem fazer as adesões até 22/11. Saiba mais acessando www.pucsp.br/ex-alunos.

2ª Jornada Gamer

Neste sábado, 26/11, no Campus Marquês de Paranaguá, acontece a 2ª Jornada Gamer, no Auditório Central. Para consultar a programação completa e maiores informações, <http://blog.pucsp.br/csgames/2011/11/01/programacao-da-2%C2%AA-jornada-gamer/>